ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VILA DO PORTO

-- ATA DA SEGUNDA SESSÃO ORDINÀRIA DE FUNCIONAMENTO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VILA DO PORTO REALIZADA NO DIA VINTE E OITO DE ABRIL DO ANO DE DOIS MIL E VINTE E DOIS. ----------

--- Aos vinte e oito dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e dois, pelas nove horas, reuniu a Assembleia Municipal de Vila do Porto, na Igreja de Nossa Senhora da Vitória, no largo Nossa Senhora da Conceição, com a seguinte ordem de trabalhos: ---------

1. Informação escrita da presidente da Câmara Municipal de Vila do Porto, acerca da atividade municipal, situação financeira e informação dos compromissos plurianuais assumidos ao abrigo da autorização prévia genérica aprovada pela Assembleia Municipal, na 4ª sessão ordinária de 28/12/2022; ----------

2. Aprovação do relatório e contas do ano 2021, do município de Vila do Porto; ----------

3. Fixação da taxa de IRS do município de Vila do Porto para o ano 2023; ----------

4. Taxa municipal de direitos de passagem – fixação percentual para o ano 2023; ----------

5. Imposto municipal sobre imóveis – taxa aplicável no ano de 2022; ----------

6. Aprovação do Código de Conduta do Município de Vila do Porto; ----------

7. Aprovação do novo regulamento de apoio à natalidade e infância de Vila do Porto; ------

8. Aprovação da 1ª revisão às Grandes Opções do Plano e Atividades mais Relevantes do Município de Vila do Porto, do ano financeiro de 2022; ----------

9. Aprovação da 1ª revisão ao Orçamento da Câmara Municipal de Vila do Porto, do ano financeiro de 2022; ----------

--- O presidente da mesa da assembleia deu inicio à sessão procedendo-se à chamada, pelo primeiro secretário da mesa, confirmando-se as presenças dos deputados/as municipais, João Manuel Andrade Fontes (PS), Carlos Henrique Lopes Rodrigues(PPD/PSD), José de Andrade Melo (PS), Aida Maria Melo Amaral (PPD/PSD), Rosa Filomena Cabral de Melo (PS), José Manuel da Rosa Rodrigues (PS), Carlos Afonso Simões Braga de Oliveira (PPD/PSD), Jaime Braga Bairos (PS), Jorge Luís da Costa Pessoa Pereira da Costa, (PPD/PSD), Mafalda Bairos Pais, (PS), Helena Maria Correia Teixeira Ferreira, (PPD/PSD), Cristina Elisabete Batista Bairos Gonçalves (em substituição de Filipe

dos Santos Sousa Teves, (PS), que comunicou antecipadamente a sua ausência e cuja falta se encontra devidamente justificada), Armando de Melo Soares, (PPD/PSD), José Manuel Pereira Torres de Medeiros Chaves, (PS), João Filipe Lourenço da Silva, (PPD/PSD), Carmélia Moura Sousa Melo, (PPD/PSD), Flávio José Freitas Resendes (PS), António Isidro Braga Sousa, (PS), António Jorge Cabral Monteiro (PS) e Eduardo Manuel Pereira Cambraia, (PPD/PSD) e de Bárbara Chaves, Domingos Barbosa e Graça Morais, do elenco camarário. ----------

--- Confirmando-se a existência de quórum e em conformidade com o previsto na alínea c) do artigo 30º da Lei 75/2013 de 12 de setembro, presidente da mesa declarou aberta a primeira sessão ordinária da Assembleia Municipal de Vila do Porto, do ano de dois mil e vinte e dois, publicitada por edital de dezasseis de abril do corrente. ----------

--- De seguida o presidente da mesa deu as boas-vindas à deputada municipal Cristina Gonçalves, em substituição do deputado municipal Filipe Teves, como supramencionado.

--- Como no período de intervenção do público não se registaram inscrições passou-se de imediato ao período antes da ordem do dia, onde o presidente da mesa colocou à consideração a aprovação da ata da sessão anterior, apesar de ter sido aprovada a minuta da mesma na própria reunião, para produzir efeitos imediatos. Para o efeito foi aberto um período de inscrições para solicitar esclarecimentos ou apresentação de sugestões relativamente ao documento em apreço, mas como não se verificaram quaisquer inscrições a ata foi sujeita à aprovação sendo a mesma aprovada por unanimidade. --------

--- De seguida o presidente da assembleia deu conhecimento da correspondência recebida e expedida, salientado a receção de um ofício da presidente da Câmara Municipal de Vila do Porto a solicitar que fosse retirado da ordem de trabalhos o ponto seis relativo à aprovação do Código de Conduta do Município de Vila do Porto, a receção das minutas das atas das reuniões do executivo camarário bem como toda a documentação de suporte aos assuntos da ordem do dia desta sessão. Informou ainda os presentes que toda a documentação está disponível para consulta junto à funcionária Anabela Sousa, na Câmara Municipal de Vila do Porto e que representou a assembleia municipal no X Convívio Mariense, que decorreu nos Estados Unidos, no dia dois de abril do corrente. ----------

--- Passando-se ao momento de propostas de recomendação ou resolução de assuntos de interesse para a autarquia, apresentação de moções, emissão de votos de louvor e congratulação, protesto ou pesar, o presidente da assembleia deu conhecimento que tinha chegado uma proposta de recomendação sobre a abertura do Cinema do Aeroporto apresentada pelo partido Socialista e de seguida foi dada a palavra ao deputado José de Melo para a apresentação da referida proposta, após o qual o presidente da assembleia abriu o período para esclarecimentos, no qual se inscreveram os deputados Carlos Rodrigues, Armando Soares, Eduardo Cambraia, e Aida Amaral. ----------

--- Dada a palavra ao deputado municipal Carlos Rodrigues este referiu que faz sentido questionar a tutela sobre o ponto de situação, mas não se revê nos considerandos finais sobre a gestão do espaço, pois tal não faz sentido, tendo em conta as alterações na orgânica do governo e pelo facto de considerar ainda prematuro esse tipo de sugestões, pois cabe à tutela encontrar as parcerias certas. ----------

--- Tomou a palavra o deputado municipal Armando Soares para aludir que todos concordam que a obra teve um atraso e que teve conhecimento que no dia seis de abril do corrente foi aberto um concurso para o fornecimento de diversos equipamentos, mas também não concorda com o teor final da proposta, justificou a sua votação contra pelo facto do documento não estar finalizado e defender que o que era importante era solicitar esclarecimentos a quem de direito sobre as causas que provocaram o atraso da concretização da obra. ----------

---- Pediu para intervir novamente o deputado José de Melo que justificou os pressupostos da gestão apresentados na proposta defendendo que a gestão deve ser da tutela da cultura, mas sublinha que, tal como já foi anunciado publicamente pelas estâncias governamentais, devia de existir uma parceria com o Teatro Micaelense para que alguns dos espetáculos agendados para aquela infraestrutura pudessem também acontecer no Atlântida Cine e referiu ainda que, não obstante haver alterações na orgânica do governo entende que o que foi assumido anteriormente convêm ser relembrado e também ser reforçado o almejo dos marienses. ----------

--- dada a palavra ao deputado municipal Eduardo Cambraia este alertou que alguns votos são apresentados sem estarem redigidos na sua versão final e defendeu que deveria ser

entregue a todos os deputados municipais cópias das propostas e votos apresentados, para que no momento da sua leitura fosse possível acompanhar o conteúdo do texto, permitindo perceber melhor as razões do proponente e votar em consciência e, que neste caso concreto concorda com os princípios da proposta apresentada mas gostaria de ter uma cópia do mesmo para tomar a decisão final. ----------

--- Tomou a palavra o deputado José de Melo para esclarecer que a única sugestão que é feita é existir uma parceria com o Teatro Micaelense no sentido de proporcionar a vinda a Santa Maria de alguns espetáculos que se venham a agendar no dito espaço, estendendo à nossa ilha os investimentos que a DRAC já faz com a promoção de espetáculos na referida sala, mas que tal não invalida que a tutela possa estabelecer protocolos com outras entidades para o mesmo fim, e que apenas se está a relembrar o que já foi comprometido com os marienses anteriormente. ----------

--- Dada a palavra à deputada municipal Aida Amaral esta referiu que está a haver alguma confusão com a Casa do Cinema e relembrou que a sua recuperação foi uma iniciativa do anterior governo, para bem da cultura em Santa Maria, só que, entretanto, o projeto foi-se desenvolvendo e foram detetados erros de construção que tem condicionado a aquisição dos equipamentos para o espaço cénico. Referiu ainda que na primeira visita a Santa Maria, do novo governo regional, aquando da visita estatutária, foi dito que iria haver parceria com o Teatro Micaelense e acredita que a nova secretária que tutela a cultura irá esforçar-se para abrir o cinema o mais rapidamente possível e como tal acha que não faz sentido a proposta apresentada. ----------

--- Não havendo mais intervenções foi a proposta de recomendação sujeita à votação sendo a mesma aprovada por maioria com os votos a favor do grupo municipal do PS e os votos contra do grupo municipal do PSD. ----------

--- Passando-se de seguida à apresentação de votos de congratulação e de protesto informou o presidente que a mesa tinha recebido três votos de congratulação apresentados pelo grupo municipal do PS e um voto de protesto apresentado pelo grupo municipal do PSD, que iriam ser analisados e votados separadamente. Antes de dar a palavra para a respetiva apresentação dos votos, o presidente da mesa referiu que irá

acatar a sugestão do deputado Eduardo Cambraia e, como tal, futuramente ser possibilitada a cada deputado uma cópia dos votos apresentados. ----------

--- Foi dada a palavra à deputada Rosa Melo para apresentar o voto de congratulação à seleção de Santa Maria sub 13 de futsal. Após a referida apresentação foi aberto um período para esclarecimentos, no qual se inscreveram o deputado municipal Armando Soares para aludir que acha importante o feito, mas que o voto apresentado não teria que ser tão pormenorizado em relação aos resultados. Não havendo mais intervenções foi o voto sujeito à votação sendo o mesmo aprovado por unanimidade. ----------

--- De imediato foi dada a palavra ao deputado municipal Isidro Sousa para apresentar o voto de congratulação pelos vinte e cinco anos da Associação "Os amigos da Maia". Após a apresentação do voto foi aberto um período para esclarecimentos, mas como não se verificaram inscrições foi o mesmo sujeito à votação sendo aprovado por unanimidade. ---

--- De imediato foi dada a palavra ao deputado municipal José de Melo para apresentar o voto de congratulação do "X aniversário do Convívio Mariense", findo o qual foi aberto um período para esclarecimentos, no qual se inscreveu o deputado Carlos Rodrigues para referir que se revê no voto apresentado. Como não se verificaram mais inscrições foi o mesmo sujeito à votação sendo aprovado por unanimidade. ----------

--- De seguida foi dada a palavra à deputada municipal Aida Amaral para apresentar o voto de protesto sobre a proposta da taxa turística nos Açores. Finda a apresentação foi aberto um período para esclarecimentos, no qual se inscreveram os deputados Jaime Bairos, José de Melo e Jorge Costa. ----------

--- Dada a palavra ao deputado Jaime Bairos este corroborou o voto apresentado porque considerar que a taxa proposta não é equitativa de acordo com a distribuição dos turistas nos Açores porque a "pressão" turística é mais sentida em S. Miguel, Terceira e Faial em detrimento das restantes ilhas. ----------

---- Dada a palavra ao deputado José de Melo este solicitou à mesa um intervalo, pedido esse que foi deferido pelo presidente da assembleia. ----------

--- Retomou-se os trabalhos com a intervenção do deputado José de Melo que referiu que tratando-se de um assunto de extrema importância para a região irá abster-se na votação por não ter entendido bem qual é o alcance da taxa proposta, pois poderá ser combater a

massificação ou de arrecadar mais receitas com a vinda dos turistas, e defendeu que essa taxa deveria ser um imposto municipal como se verifica no continente, revertendo o valor das taxas diretamente para o respetivo município. ----------

--- Dada a palavra ao deputado Jorge Costa este clarificou que os açorianos não pagam essa taxa nos locais que visitam, mas que se o objetivo dessa taxa for arrecadar receitas para os locais visitados, então faz sentido a sua existência, mas uma taxa transversal a todos os Açores não traz benefícios às ilhas pequenas por isso corrobora que a taxa deveria ser municipal. ----------

--- Como não se verificaram mais inscrições foi o mesmo sujeito à votação sendo aprovado por maioria com quinze votos a favor e cinco abstenções de deputados do PS.---

---- Passando-se ao momento de tratamento de assuntos de interesse autárquico inscreveram-se para intervir os/as deputado/as João Silva, Jaime Bairos, Carmélia Melo, Jorge Costa, José de Melo e Armando Soares. ----------

--- Tomou a palavra o deputado João Silva que referiu que no passado mês esteve presente num Workshop realizado na Alemanha integrado num evento promovido pela senhora Carmen Moreira, no âmbito do programa Erasmus +, onde foram também vários professores da escola e psicólogos e que virão a Santa Maria cerca de cem pessoas dos diversos países envolvidos, no próximo mês de outubro, e sugeriu que quando são feitas as candidaturas desses programas há que quantificar os custos das associações associadas. ----------

--- Dada a palavra à presidente Bárbara Chaves esta esclareceu que o projeto dinamizado pela referida senhora já vem do anterior executivo, mas a câmara não tem custos diretos com os workshops, mas sim custos associados com tradução de documentos e com o Iva.

--- De seguida foi dada a palavra ao deputado municipal Jaime Bairos que questionou que démarches e que ações foram levadas a cabo e que acordos e protocolos foram estabelecidos, pelos representantes do município, aquando da sua deslocação aos Estados Unidos, de forma a materializar uma maior ligação entre a diáspora e a ilha. A consequente resposta foi delegada pela presidente no vice-presidente da autarquia, que esclareceu que a participação no X Convívio Mariense resultou de um convite da respetiva organização, no qual teve a honra de representar institucionalmente a

autarquia em conjunto com o presidente da assembleia. Esclareceu ainda que se aproveitou a deslocação para desenvolver outras ações, nomeadamente entrevistas em meios de comunicação locais, com a divulgação dos nossos artistas marienses, reuniões com as associações culturais marienses de Hudson, para nos inteirarmos da realidade mariense nessa cidade e de que forma se pode articular as suas atividades com as associações marienses, reunião com os responsáveis político da autarquia de Hudson por forma a estreitar e reavivar o protocolo de geminação e visita a empresários de sucesso em Hudson. Referiu por fim que o objetivo foi estabelecer contatos iniciais para futuramente se estreitar relações com a diáspora. ----------

--- De seguida foi dada a palavra à deputada municipal Carmélia Melo que perguntou sobre a disponibilidade do apoio da autarquia no caminho das Courelas e para quando a intervenção nesse caminho, ao que a presidente da autarquia respondeu que nesse caminho em concreto irão fazer reparações com semi penetração, mas que iriam começar pelo caminho do Outeiro por ter sido a prioridade indicado pela junta de freguesia, mas que só após a aprovação da revisão orçamental é que iriam começar a executar reparações nos caminhos municipais secundários. ----------

--- Tomou novamente a palavra a deputada Carmélia Melo para congratular-se pelo facto de que o caminho do Outeiro já esteja previsto na revisão orçamental e concorda que haja planeamento e definição de prioridades, mas não se pode descorar situações de ação imediata, por isso reitera a questão de para quando está prevista a intervenção na Courelas, pois tal intervenção precisa de máquinas pesadas e como tal a junta não tem capacidade de intervenção na correção do encaminhamento das águas. ----------

--- Dada a palavra à presidente da autarquia esta referiu que existem muitas vias municipais a necessitar de intervenções urgentes e irão começar essas reparações, não pode ainda precisar uma data, mas dará início logo que chegar à ilha os oitenta contentores de alcatrão encomendados, material necessário para o efeito. ----------

--- de seguida foi dada a palavra ao deputado José de Melo que enalteceu os trabalhos de ornamentação da praça na altura da Páscoa e com a reconstrução dos muros da escola de Almagreira, e alertou para uma situação nas obras da ciclovia em que as pessoas para irem para as suas casas têm que passar por um traço de "duplo contínuo", situação essa

que tem que ser corrigida, alertou ainda para a degradação acentuada dos tanques de água do Aeroporto e por fim solicitou esclarecimentos sobre o andamento das obras da casa velório de Vila do Porto. ----------

--- Dada palavra à presidente da câmara, esta aludiu que o objetivo é dar vida à praça e implementar dinâmicas no lugar, particularmente aquando de eventos realizados nesse local, mas os custos foram só na aquisição dos materiais, as obras de reconstrução e reforço no muro da escola de Almagreira foram realizadas nas férias da Páscoa, irá propor a situação da ciclovia à comissão de trânsito, reconheceu que a situação dos tanques do Aeroporto é muito grave, do imediato irão impermeabilizar as juntas, mas o objetivo é construir tanques novos, e que quanto às obras na casa velório, estas estão a decorrer normalmente e só na segunda fase é que poderá haver alguma minimização dos custos. --

--- Tomou a palavra o deputado Jorge Costa a informar que teve conhecimento que a Vodafone tem a intenção de cobrir a ilha na sua totalidade e que está a tentar resolver a situação no lugar da Maia, com a colocação de uma antena de maior dimensão, que irá abranger uma grande área, e que para tal foram pedidos os pareceres para a instalação da antena, só que ainda não obtiveram qualquer resposta da parte da autarquia e colocou a questão sobre as démarches da autarquia para agilizar esse processo, ao que a presidente respondeu que tem conhecimento da situação e que o parecer será dado com a maior brevidade possível. ----------

--- De seguida tomou a palavra o deputado municipal Carlos Rodrigues que solicitou esclarecimentos sobre a previsão da abertura da piscina municipal e para quando a execução dos projetos aprovados no âmbito do orçamento participado municipal e do orçamento participativo jovem, ao que após tomar a palavra, a presidente informou que a piscina municipal está a sofrer uma série de intervenções, com a revisão de filtros e substituição de vários equipamentos, já foi adquirida uma unidade de tratamento de desumidificação do ar mas que só será entregue em junho, sendo assim prevê a reabertura da piscina em setembro e estão a solicitar orçamentos para a aquisição dos equipamentos dos projetos aprovados no âmbito dos orçamentos participativos. ----------

--- Pediu novamente para intervir o deputado municipal Carlos Rodrigues para referir que reconhece que a manutenção do complexo é muito onerosa, mas a empresa responsável

pela manutenção da piscina tinha apresentado um orçamento de cerca de cinco mil euros para reparações, com a garantia que os equipamentos iriam funcionar, e questionou se é a autarquia que está a assumir os custos do curso dos nadadores salvadores. ----------

--- Após tomar a palavra a presidente da autarquia clarificou que o equipamento está muito deteriorado e obsoleto e optou-se pela aquisição de um novo e quanto ao curso de nadadores salvadores os respetivos custos serão suportados em parceria com o governo regional. ----------

--- Dada a palavra ao deputado municipal Armando Soares, este questionou a promoção, pela autarquia, de um curso sobre bar e mesa e se esse curso tem certificação reconhecida para quem o frequentou, ao que a presidente clarificou que a autarquia tomou a iniciativa de oferecer, gratuitamente, aos empresários da restauração, uma formação de cinco horas em contexto de trabalho, dada por um formador devidamente certificado, com o objetivo de ajudar a nossa restauração a prestar melhor serviço, mas que autarquia não é uma entidade formadora nem tem uma escola profissional, pois não tem capacidade financeira para tal, por isso apenas se pretendeu partilhar experiências e dar algumas orientações e sugestões aos funcionários para a melhoria da qualidade do seu desempenho, mas houve restaurantes que não aderiram à iniciativa pelo facto da câmara não ser entidade certificadora. Referiu ainda que tem conhecimento que o governo irá desenvolver em várias ilhas um conjunto de iniciativas de formação profissional certificada que a autarquia já se disponibilizou para contribuir na sua divulgação. ----------

--- Tomou a palavra novamente o deputado Armando Soares para reconhecer que é de louvar as ações levadas a cabo, mas seria ótimo se essa formação fosse certificada para quem a frequentou pois enriquecia o respetivo currículo e sugere o recurso a empresas sediadas em Santa Maria que que podem certificar a formação. ----------

--- A deputada Aida Amaral pediu para intervir reconhecendo que a iniciativa da autarquia foi positiva pois existe uma lacuna muito grande de formação na área da restauração, mas como existe a exigência legal de frequência de formação anual seria ideal que qualquer formação frequentada fosse certificada. ----------

--- Terminado o período antes da ordem do dia passou-se de imediato para o período da ordem do dia, cujos assuntos em edital foram lidos pelo secretário da mesa José Chaves, bem como o parecer da comissão da análise prévia, que junto se anexa a esta ata. ----------

--- De seguida o presidente da mesa da assembleia, informou que foi solicitado pela senhora presidente da autarquia, retirar da ordem de trabalhos o ponto seis - Aprovação do Código de Conduta do Município de Vila do Porto. Com base nessa solicitação a mesa propôs à consideração da assembleia a substituição do assunto daquele ponto para - Conselho Municipal de Juventude, aprovação da proposta de alteração da lista dos três representantes, até aos 35 anos, residentes no município, designados pela respetiva assembleia municipal, com a substituição de Paula Moreira por Diana Resendes, ficando a lista composta por Josefina Maria Branco Cruz, Diana Vanessa Moura Resendes e Alexandre Manuel Sousa Cabral. Como não se verificaram quaisquer inscrições no período aberto para esclarecimentos, a referida proposta foi aprovada por unanimidade. ----------

--- No ponto um da ordem de trabalhos, informação escrita da presidente da câmara municipal acerca da atividade municipal, situação financeira e informação dos compromissos plurianuais assumidos ao abrigo da autorização prévia genérica aprovada pela assembleia municipal na quarta sessão ordinária de 28/12/2021, no âmbito da Lei dos Compromissos, foi dada a palavra a senhora presidente para algum esclarecimento adicional, para além da informação que já foi dada a conhecer, ao que esta referiu que que não tinha nada a acrescentar. ----------

--- Foi de imediato aberto um período para pedido de esclarecimentos, no qual se inscreveu o deputado José de Melo. ----------

--- O presidente da mesa da assembleia deu a palavra ao deputado José de Melo que enalteceu o empenho e a solidariedade dos marienses na campanha SOS Ucrânia e solicitou esclarecimentos sobre as necessidades de nadadores salvadores e sobre a candidatura para os bairros comerciais digitais e como se processa a transição digital pretendida e como é que tal se operacionaliza junto dos comerciantes. ----------

--- Em resposta, a presidente Bárbara Chaves esclareceu que a autarquia tem até ao final do mês para submeter na plataforma a candidatura ao PRR nacional para os bairros comerciais digitais em parceria com a câmara de comércio e indústria. Para tal foi

necessário definir uma zona de bairro restrita com características especificas para a digitalização das casas comerciais aí incluídas com uma variedade de investimentos que irão promover uma maior eficácia em termos venda, recorrendo ao digital. Tendo em conta que a candidatura é uma declaração de interesse e só cinquenta é que serão aprovadas, a câmara recorreu aos serviços de uma empresa de consultadoria com uma equipa multidisciplinar. Quanto ao SOS Ucrânia esclareceu que com o apoio das empresas, casas comerciais e particulares conseguiu-se encher um contentor de quarenta pés com diversos bens, que chegou à Polónia, onde estão refugiados muitos ucranianos. -

--- Passou-se de seguida ao ponto dois da ordem de trabalhos, aprovação do relatório e contas do ano 2021, do município de Vila do Porto, onde foi dada a palavra à presidente da câmara que clarificou que o mesmo foi elaborado pelo TOC, respeitando a legislação vigente e resulta da atividade do município no último ano civil e como tal reflete ações do anterior e do atual executivo. O presidente da assembleia, abriu o período para esclarecimentos, mas como não se verificaram inscrições, foi colocado o relatório à votação, sendo o mesmo aprovado por unanimidade. ----------

--- No terceiro ponto da ordem de trabalhos, fixação da taxa de IRS do município de Vila do Porto para o ano 2023, foi dada a palavra à presidente da autarquia para prestar esclarecimentos adicionais para além do remetido aos conselheiros, que disse não ter nada a acrescentar. O presidente da assembleia, abriu o período para esclarecimentos, mas como não se verificaram inscrições, foi colocada a proposta à votação, sendo a mesma aprovada por unanimidade. ----------

--- No ponto quarto da ordem de trabalhos, taxa municipal de direitos de passagem – fixação percentual para o ano 2023, foi dada a palavra à presidente da autarquia para esclarecimentos adicionais, para além da informação já disponibilizada sobre o assunto em apreço, ao que esta informou que não tinha nada a acrescentar. O presidente da assembleia, abriu o período para esclarecimentos, mas como não se verificaram inscrições, foi colocada a proposta à votação, sendo a mesma aprovada por unanimidade.

--- Passou-se de imediato ao quinto ponto da ordem de trabalhos, Imposto municipal sobre imóveis – taxa aplicável no ano de 2022, onde foi dada a palavra à presidente da autarquia para esclarecimentos adicionais, para além da informação já disponibilizada

sobre o assunto em apreço, ao que esta informou que não tinha nada a acrescentar. O presidente da assembleia, abriu o período para esclarecimentos, mas como não se verificaram inscrições, foi colocada a proposta à votação, sendo a mesma aprovada por unanimidade. ----------

--- No ponto seis da ordem de trabalhos, Conselho Municipal de Juventude - aprovação da proposta de alteração da lista dos três representantes, até aos 35 anos, residentes no município, designados pela respetiva assembleia municipal, com a substituição de Paula Moreira por Diana Resendes, ficando a lista composta por Josefina Maria Branco Cruz, Diana Vanessa Moura Resendes e Alexandre Manuel Sousa Cabral, o presidente da assembleia, abriu o período para esclarecimentos, mas como não se verificaram inscrições, foi colocada a proposta à votação, sendo a mesma aprovada por unanimidade. Passou-se de seguida ao ponto sete da ordem de trabalhos, aprovação do novo regulamento de apoio à natalidade e infância de Vila do Porto, onde foi dada a palavra à presidente da autarquia para esclarecimentos adicionais, para além da informação já disponibilizada sobre o assunto em apreço, ao que esta relembrou que a elaboração deste documento vem na sequência da revogação do anterior, considerando este executivo que o novo regulamento é mais abrangente, mais equitativo, pois permite que todas as crianças e jovens que cumpram a escolaridade obrigatória possam usufruir dos apoios consignados e está previsto ainda no documento as situações de adoção. Esclareceu ainda que as candidaturas feitas no âmbito do anterior regulamento continuam a ter a sua tramitação normal. Foi aberto um período de inscrições para mais esclarecimentos no qual se inscreveram os deputados Carlos Oliveira, Helena Ferreira, José de Melo, Carlos Rodrigues e Eduardo Cambraia. ----------

--- Dada a palavra ao deputado Carlos Oliveira este questionou se o documento apresentado é uma proposta ou o documento final, pois sendo final não é correto ter o nome novo regulamento, mas sim apenas regulamento, sugeriu ainda melhorar a redação do documento tendo em consideração a linguagem inclusiva e perguntou se o apoio psicológico previsto será dado em complemento com a unidade de saúde de Santa Maria ou se a câmara irá definir um horário de atendimento. Questionou ainda a situação do pagamento das segundas tranches do anterior regulamento, se o atual executivo vai

continuar a apoiar os prémios de excelência e de mérito dos alunos da Escola Básica e Secundária de Santa Maria e se no documento apresentado está espelhado o prometido no programa eleitoral do PS estava onde estava previsto a atribuição de apoios a todos os bebés com registo em Santa Maria através de um montante financeiro fixo a utilizar em estabelecimentos comerciais da ilha aderentes à iniciativa. Por fim sugeriu que não deveria estar redigido "cerca de quarenta mil euros", pois a utilização da palavra "cerca" permite subjetividade nas decisões, defendendo que deveria estar previsto um valor fixo.

--- Tomando a palavra a presidente da autarquia concorda com as sugestões apresentadas e serão feitas as respetivas correções, que quanto ao apoio psicológico, o documento permite o enquadramento para que tal seja facultado, pois existem muitas pessoas a solicitar esse tipo de apoio junto à autarquia, não se pretendendo sobrepor ao centro de saúde, mas sim complementar esse tipo de apoio em articulação com a unidade de saúde, quanto ao pagamento das segundas tranches a informação que dispõe é que as mesmas têm sido pagas, quanto ao compromisso eleitoral esse está consignado no documento pois é referido que o apoio é atribuído mediante a apresentação de faturas, desde que os bens sejam adquiridos em estabelecimentos comerciais do concelho de Vila do Porto, o executivo irá continuar a apoiar os prémios de excelência e de mérito, quando ao valor referido, este é entendido como uma estimativa, pois se for fixo e nascerem mais crianças, as últimas a nascer não seriam apoiadas. ----------

--- De seguida foi dada a palavra à deputada municipal Helena Ferreira que questionou se irá cessar o apoio de material escolar para as escolas do primeiro ciclo que era concedido pelo executivo anterior pois tal não estava espelhado na revisão do orçamento nem elencado no documento apresentado, ao que a presidente da autarquia respondeu o apoio de material escolar previsto no documento é atribuído ao aluno, enquanto que o outro apoio de material é atribuído à escola e esse irá continuar a ser concedido pois inclusivamente a autarquia já reuniu com o conselho executivo da escola para aferir das necessidades das diversas escolas do primeiro ciclo e não está espelhado na revisão orçamental pois já estava previsto no orçamento inicial. ----------

--- Dada a palavra ao deputado José de Melo este solicitou esclarecimentos sobre se uma criança irá receber apoio continuamente até perfazer dezoito anos, respeitando os

montantes por ciclo de escolaridade, pois tal provocará um incremento do valor estimado anualmente, ao que presidente da câmara informou que se o encarregado de educação submeter a candidatura anualmente é provável que uma criança beneficie de apoio durante vários anos e tal não é entendido como uma despesa mas sim um investimento na educação e todos podem beneficiar desse apoio. ----------

--- De seguida foi dada apalavra ao deputado Carlos Rodrigues que perguntou qual foi o período de discussão pública do regulamento, se durante esse período existiu alguma sugestão e se foi analisado por um jurista, ao que a presidente da autarquia respondeu que no respeito pelo previsto no Código do Procedimento Administrativo, o documento está dispensado do período de discussão pública, pois este foi sujeito a esse período na altura da revogação do anterior, mas não houve qualquer participação dos munícipes, e que o mesmo teve revisão jurídica. ----------

--- Dada a palavra ao deputado Eduardo Cambraia este sugeriu que fosse feita uma revisão ao documento para correção de erros e de remissão de artigos, sugeriu ainda que o título do regulamento deveria ser "Nascer e crescer em Santa Maria" tal como é explícito no preâmbulo e por fim, apesar de não descaracterizar o conceito e o objetivo, sugere ainda que deve-se clarificar a utilização das palavras regulamento e programa e que para o valor previsto não se deveria utilizar a palavra" cerca", mas sim " o valor de quarenta mil euros, podendo ser revisto sempre que necessário". ----------

--- Dada a palavra a presidente da autarquia comprometeu-se a considerar todas as sugestões e corrigir as remissões apontadas nomeadamente o artigo décimo primeiro remeter para as alíneas a) e e) do artigo quarto e sugeriu ainda que no artigo dois que prevê a verba estimada deveria terminar em "é o apoio à natalidade, adoção e crescimento, por forma a contribuir para a fixação/permanência e atração de famílias no concelho, bem como o aumento da taxa de natalidade.", retirando-se desse artigo "para o qual o Município de Vila do Porto disponibilizará anualmente cerca de € 40 000,00".-----

--- O deputado municipal Carlos Rodrigues solicitou uma intervenção para referir que tendo em consideração que o documento sofreu algumas alterações este deveria ser objeto de nova aprovação em reunião de executivo camarário, ao que o presidente da assembleia retorquiu que sendo a aprovação dos regulamento competência do órgão

deliberativo, sob proposta do executivo camarário, então a assembleia é soberana e tem legitimidade para fazer as correções que entender necessárias, não carecendo de apresentação de nova proposta. ----------

--- Não havendo mais intervenções o documento foi sujeito à votação sendo aprovado por unanimidade. ----------

--- No ponto oito da ordem de trabalhos, aprovação da primeira revisão às Grandes Opções do Plano e Atividades mais Relevantes do Município de Vila do Porto, do ano financeiro de 2022, foi dada a palavra à presidente da autarquia para esclarecimentos adicionais, para além da informação já disponibilizada sobre o assunto em apreço, ao que esta clarificou que estando os dois documentos dos últimos pontos da ordem de trabalhos interligados entre si, iria prestar alguns esclarecimentos adicionais aos dois documentos referidos, sendo assim clarificou que o valor da revisão resultou da integração do saldo de gerência e que a maior parte desse valor corresponde a investimentos, destacando a revisão de preços da ciclovia e da casa de velório de Vila do Porto, a atribuição de verbas para a manutenção da rede viária, nomeadamente para a rua de Ponta Delgada, o caminho do Outeiro, o caminho do Paúl e o caminho de Azenha, investimentos ao nível de softwares e equipamentos informáticos, equipamentos para os serviços de águas, equipamentos para a piscina e equipamentos para a recolha e gestão dos resíduos. Aberto um período para pedido de esclarecimentos, inscreveram-se os deputados José de Melo, Eduardo Cambraia, Helena Ferreira e Carlos Rodrigues. ----------

--- Dada a palavra ao deputado José de Melo este solicitou esclarecimentos sobre a redução de valores de verbas proveniente do estado e sobre os apoios a atribuir ao nível da realização de eventos, ao que a presidente respondeu que houve uma redução bastante significativa das transferências do estado, na ordem dos trezentos e noventa e sete mil euros, consequência da Lei das Finanças Locais, o que implicou um reajuste nalguns investimentos previstos, o valor dos apoios está enquadrado nos eventos de promoção turística, sendo o mesmo valor dos anos anteriores. ----------

--- Dada a palavra ao deputado municipal Eduardo Cambraia, este referiu que se continua a fazer uma distinção entre os apoios atribuídos às instituições sem fins lucrativos, considerando-se alguns de promoção turística, por isso integrados nas despesas de

capital e os outros em despesas correntes, por isso questiona quais são os eventos de promoção turística e que valor vai ser considerado para o programa "Nascer e crescer em Santa Maria", ao que a presidente respondeu que se continua a fazer a distinção dos apoios atribuídos às instituições sem fins lucrativos, valorizando a promoção de eventos de promoção turística, como os festivais de música de Santa Maria, o rallye de Santa Maria e o desporto de alta competição, que decorre do próprio regulamento de apoio aos clubes desportivos e esclareceu que a verba reduzida afeta para o referido programa justifica-se pela abertura de rubrica, pois não fazia sentido prever um valor avultado para um programa que à data da elaboração da proposta de revisão de orçamento ainda não tinha sido aprovado. Considerando a sua aprovação a rubrica vai ser reforçada com o valor estimado em função de um prazo de seis meses, até o final do ano civil. ----------

--- Pediu novamente para intervir o deputado Eduardo Cambraia para solicitar esclarecimentos sobre a recuperação da rua de Angra do Heroísmo, ao que a presidente respondeu que a referida rua está incluída num projeto do governo regional que prevê a construção de uma "variante" e, como tal, a intervenção nessa rua dependerá do governo manter ou não o traçado proposto para a essa "variante". ----------

--- Ao tomar a palavra, a deputada municipal Helena Ferreira questionou sobre que critérios é que serão considerados para a atribuição dos apoios ao desporto ao que a presidente respondeu que a autarquia irá respeitar o respetivo regulamento vigente. ------

--- Como não se verificaram mais intervenções, foi a proposta sujeita à votação, sendo a mesma aprovada por maioria com a abstenção do grupo municipal do PSD e os votos a favor do grupo municipal do PS. ----------

--- No último ponto da ordem de trabalhos, aprovação da primeira revisão ao Orçamento da Câmara Municipal de Vila do Porto, do ano financeiro de 2022, foi dada a palavra à presidente da autarquia para esclarecimentos adicionais, para além da informação já disponibilizada sobre o assunto em apreço, ao que esta esclareceu que já tinha dado esses esclarecimentos no ponto anterior relativamente aos dois últimos pontos da ordem de trabalhos. ----------

--- De seguida foi dada a palavra ao deputado Carlos Rodrigues que pediu esclarecimentos sobre a proveniência de uma receita adicional para além da integração do saldo de

gerência questionando se essa receita era proveniente da candidatura do projeto da praça do município, pois no seu entendimento a câmara deveria ter recebido mais cerca de duzentos mil euros, que não o recebeu na altura. ----------

--- Como a presidente entendeu não conseguia esclarecer cabalmente a dúvida do deputado Carlos Rodrigues foi solicitada a presença na sessão da técnica Goreti Ricardo, coordenadora dos serviços de contabilidade, que prestou os devidos esclarecimentos. ----

--- Como não se verificaram mais intervenções, foi a proposta sujeita à votação, sendo a mesma aprovada por maioria com a abstenção do grupo municipal do PSD e os votos a favor do grupo municipal do PS. ----------

-- APROVAÇÃO DA ATA EM MINUTA: De acordo com o disposto no n.º 3 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a assembleia municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a ata em minuta a fim de produzir efeitos imediatos. ----------

-- Eram dezassete horas quando o presidente da mesa deu por encerrada a sessão. ---------

-- Nada mais havendo a tratar, lavrou-se a presente ata que eu, José Manuel Torres Medeiros de Chaves, primeiro secretário da mesa a redigi, após ter sido a mesma discutida pelos intervenientes foi aprovada por unanimidade e vai ser assinada por mim e pelos membros da mesa de assembleia. ----------